Revista de Educação do Vale do São Francisco
ISSN 2177-8183

PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS/AS EM CONCURSOS DOCENTES FEDERAIS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO (2014–2024)

ACADEMIC PRODUCTIONS ON RESERVING PLACES FOR BLACK PEOPLE IN FEDERAL TEACHING COMPETITIONS: A STATE OF KNOWLEDGE (2014–2024)

PRODUCCIONES ACADÉMICAS SOBRE LA RESERVA DE PLAZAS PARA PERSONAS NEGRAS EN CONCURSOS DOCENTES FEDERALES: ESTADO DEL CONOCIMIENTO (2014–2024)

Eduardo França do Nascimento
eduardofranka@hotmail.com
Doutorando em Educação pela UFMS

Waneide Ferreira dos Santos Assis
waneide.ferreira@ufms.br
Doutoranda em Educação pela UFMS

Eugenia Portela de Siqueira Marques
eugenia.marques@ufms.br
Doutora em Educação pela UFSCAR
Professora da UFMS

RESUMO

Uma década após a promulgação da Lei n.º 12.990/2014, que instituiu a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras, persistem desafios estruturais relacionados à sua efetividade no ingresso de docentes na educação superior. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo mapear as produções acadêmicas que analisam a aplicação das cotas raciais em concursos públicos federais destinados ao provimento de cargos docentes, no período de 2014 a 2024. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, do tipo estado do conhecimento, desenvolvida a partir da identificação, sistematização e análise de dissertações e teses disponíveis nas bases da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados 13 estudos, sendo dez dissertações e três teses. Os resultados indicam que, embora a política de cotas tenha contribuído para a ampliação do acesso, as trajetórias profissionais de docentes negros/as seguem atravessadas por práticas de racismo estrutural e institucional, desigualdades de gênero e disputas por reconhecimento no espaço acadêmico. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, a consolidação da equidade racial na

CC BY

docência universitária federal requer o fortalecimento de práticas institucionais antirracistas e a revisão dos mecanismos de implementação da política.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Cotas raciais. Concursos públicos. Docentes negros/as. Educação superior.

ABSTRACT

A decade after the enactment of Law No. 12,990/2014, which established a 20% quota for black people in federal civil service examinations, structural challenges remain regarding its effectiveness in the admission of teachers to higher education. Given this scenario, the present study aims to map the academic productions that analyse the application of racial quotas in federal public competitions for teaching positions, from 2014 to 2024. This is an exploratory study, of the state-of-the-art type, developed from the identification, systematisation, and analysis of dissertations and theses available in the databases of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) and the Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). After applying the eligibility criteria, 13 studies were selected, including ten dissertations and three theses. The results indicate that, although the quota policy has contributed to expanding access, the professional trajectories of black teachers continue to be affected by structural and institutional racism, gender inequalities, and disputes over recognition in the academic sphere. It is concluded that, despite regulatory advances, the consolidation of racial equity in federal university teaching requires the strengthening of anti-racist institutional practices and the revision of policy implementation mechanisms.

Keywords: Affirmative action. Racial quotas. Public competitions. Black teachers. Higher education.

RESUMEN

Una década después de la promulgación de la Ley n.º 12.990/2014, que estableció la reserva del 20 % de las vacantes en los concursos públicos federales para personas negras, persisten los retos estructurales relacionados con su eficacia en el acceso de docentes a la educación superior. Ante este escenario, el presente estudio tiene como objetivo mapear las producciones académicas que analizan la aplicación de las cuotas raciales en los concursos públicos federales destinados a cubrir puestos docentes, en el período de 2014 a 2024. Se trata de una investigación de carácter exploratorio, del tipo estado del conocimiento, desarrollada a partir de la identificación, sistematización y análisis de disertaciones y tesis disponibles en las bases de datos de la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) y de la Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tras la aplicación de los criterios de elegibilidad, se seleccionaron 13 estudios, diez de ellos disertaciones y tres tesis. Los resultados indican que, aunque la política de cuotas ha contribuido a ampliar el acceso, las trayectorias profesionales de los docentes negros siguen estando marcadas por prácticas de racismo estructural e institucional, desigualdades de género y disputas por el reconocimiento en el ámbito académico. Se concluye que, a pesar de los avances normativos, la consolidación de la equidad racial en la docencia universitaria federal requiere el fortalecimiento de prácticas institucionales antirracistas y la revisión de los mecanismos de implementación de la política.

Palabras clave: Acciones afirmativas. Cuotas raciales. Concursos públicos. Docentes negros/as. Educación superior.

CC BY

INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades raciais no Brasil constitui um fenômeno estrutural que incide de forma sistemática sobre o acesso, a permanência e o reconhecimento de pessoas negras nos espaços de poder, prestígio e produção do conhecimento. No campo da educação superior, essas desigualdades historicamente se materializam na sub-representação de docentes negros/as nas universidades públicas, resultado de um processo ancorado na herança colonial, no racismo estrutural e na naturalização de hierarquias raciais que organizam o funcionamento das instituições acadêmicas.

Embora o movimento negro brasileiro denuncie, há décadas, as desigualdades raciais que estruturam a sociedade, foi sobretudo a partir das últimas décadas que essas reivindicações passaram a tensionar de forma mais incisiva o Estado (Domingues, 2007; Santos, 1994; Nascimento, 1978; Gomes, 2017; Gonzalez, 2020; Nascimento *et al*., 2024). Esse processo resultou na ampliação de instrumentos normativos e de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, além de conferir maior centralidade ao tema na agenda governamental.

As políticas de ação afirmativa emergem, nesse contexto, como expressão direta dessas lutas históricas, ao evidenciar os limites da igualdade formal e afirmar a necessidade de intervenções estatais capazes de enfrentar desigualdades raciais estruturalmente produzidas.

É nesse horizonte político e histórico que se insere a promulgação da Lei n.º 12.990, de 9 de junho de 2014, ao instituir a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatas(os) negras(os), incluindo o magistério superior (Brasil, 2014). A legislação desloca o debate sobre o acesso ao serviço público para o campo da responsabilidade institucional e convoca as universidades federais a assumir papel ativo na democratização do ingresso, na recomposição racial de seus quadros docentes e no enfrentamento das desigualdades que historicamente estruturam o ensino superior brasileiro.

Tal legislação ampliou o debate sobre a democratização do acesso ao serviço público e sobre o papel das universidades federais na promoção da equidade racial

em seus quadros docentes. Apesar dos avanços normativos, a efetividade da Lei n.º 12.990/2014 permanece atravessada por controvérsias e disputas interpretativas, sobretudo no que concerne à sua aplicação pelas instituições federais de ensino superior.

Estudos apontam a recorrente negligência das autarquias federais no cumprimento da Lei n.º 12.990/2014, o que tem dificultado o enegrecimento dos quadros do funcionalismo público e, em particular, do magistério superior (Arruda; Bulhões; Santos, 2022; Batista; Mastrodi, 2020; Coutinho; Arruda, 2022; Gomes; Spolle, 2020; Nunes; Marques, 2016; Oliveira; Santos; Santos, 2024; Palma, 2019; Santos *et al*., 2022; Silva; Lopez, 2021).

Essa negligência institucional não se manifesta de forma aleatória, mas se inscreve em dinâmicas estruturais que operam a manutenção do racismo como sistema de organização social. Essas dinâmicas produzem a subalternização e a invisibilização de corpos e identidades negras no interior das universidades públicas.

Nesse sentido, a existência da norma legal não tem sido suficiente para alterar, de modo substantivo, os padrões históricos de exclusão racial que estruturam o acesso aos cargos docentes e às posições de prestígio no campo acadêmico. A esse respeito, a tese de doutorado de Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma (2019) destaca que, embora a Lei n.º 12.990/2014 tenha como objetivo central ampliar o ingresso de pessoas negras no serviço público federal, sua aplicação encontra fragilidades nos mecanismos de fiscalização adotados pelas universidades.

A autora demonstra que a ausência de monitoramento sistemático e de responsabilização institucional favorece interpretações restritivas da legislação e, com isso, esvazia seu potencial transformador (Palma, 2019). Esse diagnóstico é corroborado por dados oficiais.

Em 2021, relatório divulgado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos indicou que a eficácia da aplicação da Lei n.º 12.990/2014 nos concursos para o magistério superior em universidades federais alcançou apenas 0,53% (Escola Nacional de Administração Pública, 2021).

Esse índice expressa de forma contundente a distância entre o dispositivo legal e sua materialização institucional, evidenciando a necessidade de mecanismos mais

rigorosos de fiscalização, normativas complementares que coíbam leituras limitadoras da lei e políticas institucionais comprometidas com sua observância integral. Os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) reforçam esse quadro de desigualdade.

Em 2022, o Brasil contava com pouco mais de 58 mil docentes negros na educação superior, dos quais 26.770 eram mulheres negras e 31.541 eram homens negros. Em contraste, o número de docentes brancos ultrapassava 176 mil e correspondia a mais do que o triplo do contingente de professores negros nas instituições de ensino superior (Inep, 2023).

Essa disparidade evidencia a persistente sub-representação da população negra no magistério superior e revela que as desigualdades raciais não se restringem ao ingresso, mas atravessam também os processos de permanência, progressão na carreira e reconhecimento profissional.

Esse cenário é aprofundado pelo relatório “A implementação da Lei n.º 12.990/2014: um cenário devastador de fraudes”, lançado em março de 2024 pelo Observatório das Políticas Afirmativas Raciais da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em parceria com o Movimento Negro Unificado.

O estudo, elaborado por Oliveira, Santos e Santos (2024), sistematiza os resultados de pesquisas realizadas ao longo de três anos e analisa aproximadamente dez mil editais publicados entre junho de 2014 e dezembro de 2022, referentes a processos seletivos em 61 instituições federais.

A análise dos 3.135 concursos públicos e 6.861 processos seletivos simplificados revelou a adoção recorrente de estratégias institucionais que comprometem o acesso das pessoas negras aos direitos assegurados pela legislação (Oliveira; Santos; Santos, 2024).

Entre os principais mecanismos identificados, destacam-se a não publicidade da norma, o fracionamento de cargos por área, por edital, por localidade, por descentralização e por elegíveis, práticas que, embora formalmente legais, operam na prática a neutralização da política de cotas raciais (Oliveira; Santos; Santos, 2024). Esses achados reforçam a compreensão de que a baixa efetividade da Lei n.º 12.990/2014 não resulta de falhas pontuais, mas de racionalidades institucionais que

reproduzem e atualizam a exclusão racial no interior do Estado e das universidades públicas.

Com base nas evidências analisadas, observa-se que, na prática, a política de cotas raciais em concursos públicos federais ainda não se mostrou eficaz na ampliação da presença de docentes negros/as nas instituições federais de ensino superior. Essa constatação não decorre da inexistência da política, mas das condições institucionais e estruturais que orientam sua implementação.

Conforme argumentam Almeida (2019) e Munanga (2001), o racismo institucional manifesta-se não apenas por meio de práticas explícitas de exclusão, mas também pela manutenção de mecanismos que produzem sub-representação sistemática e resistência à presença negra em espaços de autoridade, prestígio e produção científica.

Nesse contexto, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: de que modo a literatura científica brasileira tem abordado as cotas raciais em concursos públicos federais para o ingresso de docentes negros/as na educação superior? A partir dessa problematização, o presente estudo adota como premissa metodológica o estado do conhecimento, construído a partir da análise de teses e dissertações que investigam a temática no período de vigência da Lei n.º 12.990/2014.

Assim, o objetivo do estudo consiste em mapear e analisar as produções acadêmicas que abordam a reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos federais destinados ao provimento de cargos docentes na educação superior, com o propósito de identificar tendências analíticas, enfoques teórico-metodológicos e lacunas presentes no campo.

A relevância da temática fundamenta-se em sua dimensão social e acadêmica, uma vez que, apesar dos avanços normativos observados na última década, a produção científica ainda apresenta limitações no que se refere a análises sistemáticas dos impactos institucionais da Lei n.º 12.990/2014 no cotidiano universitário e nas trajetórias profissionais de docentes negros/as. Tal lacuna revela a necessidade de aprofundar o debate sobre equidade racial, democratização do acesso ao magistério superior e consolidação de políticas antirracistas no interior das universidades públicas federais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão de literatura do tipo estado do conhecimento, abordagem que permite mapear e analisar sistematicamente a produção acadêmica *stricto sensu* sobre determinada temática e evidencia tendências investigativas, recorrências analíticas, lacunas e disputas de interpretação no campo científico.

Os dados foram coletados a partir da análise dos títulos e resumos de dissertações e teses disponíveis nas bases da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por serem repositórios que concentram e organizam a produção acadêmica nacional vinculada aos programas de pós-graduação. A opção por essas bases justifica-se por sua abrangência, confiabilidade institucional e centralidade na difusão do conhecimento científico no país.

O percurso metodológico envolveu a definição dos descritores, a realização das buscas nas bases selecionadas, o processo de seleção dos estudos e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, culminando na constituição do *corpus* analítico, composto por 13 pesquisas. As etapas desse processo são detalhadas a seguir.

Processo de seleção dos estudos

Inicialmente, foram definidos e combinados descritores relacionados à temática da pesquisa, de modo a refinar os resultados e evitar a inclusão de estudos que não dialogassem diretamente com os objetivos propostos. A combinação dos termos mostrou-se necessária, uma vez que determinados descritores, quando utilizados isoladamente, direcionavam para produções alheias ao escopo do estudo.

A partir das buscas realizadas, todos os trabalhos identificados foram organizados em planilha do *Microsoft Excel*, com registro das informações básicas, tais como título, ano, tipo de produção (dissertação ou tese), base de dados e descritor utilizado. Esse procedimento possibilitou a sistematização do material, a contabilização das produções por termo e base, bem como a filtragem inicial dos estudos para posterior análise.

Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos dos trabalhos identificados, considerando como recorte temporal o período de 2014 a 2024, correspondente à vigência da Lei n.º 12.990/2014. Essa etapa permitiu a exclusão preliminar de produções que, embora recuperadas pelos descritores, não se relacionavam diretamente com as cotas raciais em concursos públicos federais para o ingresso de docentes na educação superior.

A Tabela 1 apresenta parte do levantamento inicial realizado nas bases Capes e BDTD, a partir do filtro "título", e evidencia o volume de produções identificadas e a necessidade de refinamento metodológico para a constituição do *corpus* final.

Tabela 1 – Busca de trabalhos nas bases de dados

Termos utilizados	Capes		BDTD		Total	
Ações afirmativas	(D): 708	(T): 255	(D):172	(T): 149	(D): 880	(T): 404
Cotas raciais	(D): 187	(T): 55	(D): 69	(T): 17	(D): 256	(T): 72
Inclusão racial	(D): 8	(T): 5	(D): 9	(T): 3	(D): 17	(T): 8
Racismo institucional	(D): 163	(T): 47	(D): 32	(T): 49	(D): 195	(T): 96
Trajetórias docentes	(D): 66	(T): 41	(D): 68	(T): 40	(D): 134	(T): 81
Concursos públicos	(D): 198	(T): 109	(D): 62	(T): 16	(D): 260	(T): 125
Lei 12.990/2014	(D): 5	(T): 3	(D): 8	(T): 9	(D): 13	(T): 12
Educação superior/docentes	(D): 6	(T): 5	(D): 58	(T): 49	(D): 64	(T): 54
Universidades federais	(D): 453	(T): 421	(D): 385	(T): 134	(D): 838	(T): 555
Docentes negros/as	(D): 28	(T): 12	(D): 20	(T): 7	(D): 48	(T): 19
Total	(D): 1822	(T): 953	(D): 883	(T): 473	(D): 2705	(T): 1426

Fonte: Autoria própria, com base nos dados da Capes e BDTD.
Nota: (D): Dissertação e (T): Tese.

Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos e à análise temática dos trabalhos previamente selecionados, com base nas informações registradas na planilha eletrônica. Nessa etapa, foram aplicados critérios de elegibilidade previamente definidos, com base na aderência ao objeto de estudo, no foco nas cotas raciais em concursos públicos federais e na relação com a docência na educação superior. Esse processo possibilitou a exclusão de estudos que não atendiam aos critérios estabelecidos e contribuiu para a delimitação do *corpus* final da pesquisa. Os critérios adotados são detalhados a seguir.

Critérios de elegibilidade

Foram considerados elegíveis estudos provenientes de dissertações e teses, por constituírem produções acadêmicas *stricto sensu* que, em geral, apresentam maior densidade teórico-metodológica e aprofundamento analítico sobre a temática investigada. O recorte temporal adotado compreendeu o período de 2014 a 2024, definido a partir da promulgação da Lei n.º 12.990, sancionada em 9 de junho de 2014, que instituiu a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para pessoas negras. Tal delimitação justifica-se por corresponder ao marco normativo que fundamenta as análises sobre a política de cotas no serviço público federal.

Foram incluídos estudos que abordassem, de forma direta, a relação entre cotas raciais em concursos públicos federais e o ingresso e as trajetórias de docentes negros/as na educação superior, considerando tanto os processos seletivos quanto as experiências profissionais no contexto universitário.

Foram excluídos: estudos duplicados; pesquisas voltadas exclusivamente ao ensino fundamental e médio; produções que não tratavam das cotas raciais em concursos públicos para o provimento de cargos docentes na educação superior como eixo central da análise; bem como artigos científicos, tendo em vista o foco exclusivo em teses e dissertações. Com base nesses critérios, procedeu-se ao mapeamento das produções acadêmicas nas bases selecionadas, conforme descrito a seguir.

Mapeamento de produções na Capes e BDTD

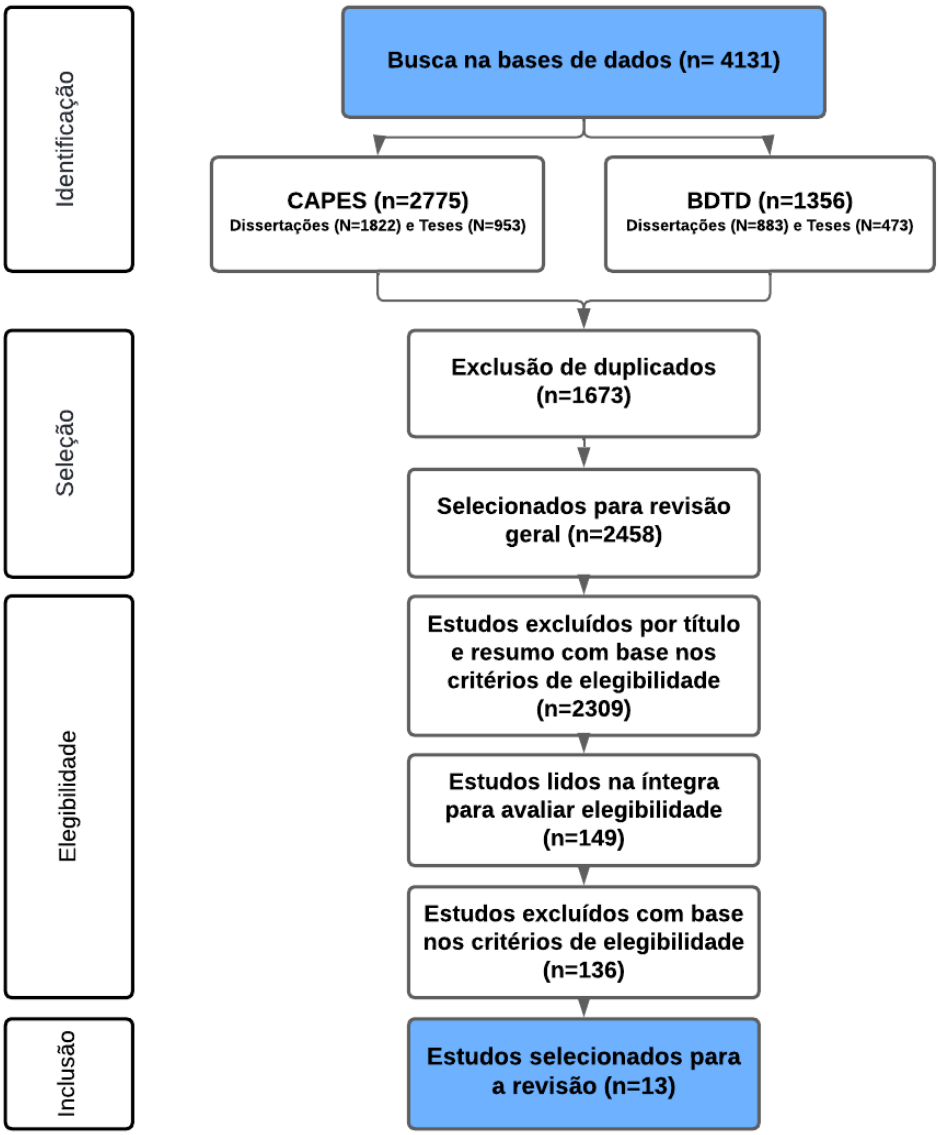
O mapeamento das produções acadêmicas foi realizado nas bases da Capes e BDTD, com o objetivo de identificar estudos relacionados à temática da pesquisa. Para tanto, foram utilizados os descritores previamente definidos, combinados ao filtro “título”, como estratégia de refinamento dos resultados e de maior aderência ao objeto investigado. Essa busca inicial resultou na identificação de 4.131 trabalhos, distribuídos entre dissertações e teses nas bases consultadas [Capes: dissertações (N=1822) e teses (N=953); BDTD: dissertações (N=883) e teses (N=473)].

Após a remoção dos registros duplicados e a leitura preliminar de títulos e resumos, conforme os critérios de elegibilidade estabelecidos, o conjunto de estudos

foi reduzido para 149 produções. Na etapa subsequente, procedeu-se à aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão, o que resultou na exclusão de 136 estudos que não atendiam aos objetivos da pesquisa.

Dessa forma, o *corpus* final da revisão foi constituído por 13 estudos, sendo dez dissertações e três teses, que compõem o material analisado neste estado do conhecimento. A síntese do processo de seleção e exclusão dos trabalhos está representada na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da seleção de busca dos artigos



Fonte: Autoria própria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os critérios de elegibilidade mantiveram alinhamento com o objetivo de identificar produções acadêmicas sobre as cotas raciais em concursos públicos para docentes negros/as na educação superior no período de 2014 a 2024. Chegou-se a um total de treze (13) pesquisas defendidas, sendo dez dissertações e três teses, conforme observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Identificação dos estudos selecionados

Título da Dissertação ou Tese	Autor(a)	IES/ Ano	Área de Concentração	Linha de Pesquisa
Dissertação: Políticas afirmativas na educação superior: um estudo crítico da implementação das cotas raciais nos concursos para docentes na Universidade Federal da Bahia	Carlos Augusto da Silva Junior	UFBA 2024	Humanidades, artes e ciências	Políticas públicas, cultura, gestão e bases históricas e conceituais da Universidade
Dissertação: A efetividade do sistema de cotas raciais nos concursos públicos para o cargo de professor do magistério superior na FURG frente às universidades do sul do Brasil	Raquel Rodrigues Matheus	FURG 2024	Administração pública	Políticas públicas
Dissertação: Branquitude e política de cotas para docentes nas universidades: uma análise a partir do contexto da Universidade Federal da Bahia	Marcos Napoleão do Rego Paiva Dias Filho	Cefet-RJ 2022	Relações étnico-raciais	Políticas públicas: dimensões sociais, econômicas e institucionais das relações étnico-raciais
Dissertação: Vozes que importam: mulheres negras na docência universitária	Camila Santos Pereira	UERJ 2022	Educação	Cotidianos, redes educativas e processos culturais
Tese: Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense	Gyme Gessyka Pereira dos Santos	UFF 2022	Educação	Diversidades, desigualdades sociais e educação
Tese: Corpos negros docentes: identificando trajetórias e experiências no Instituto Federal de Minas Gerais	Marcia Basilia de Araújo	IFMG 2020	Educação	Educação, cultura, movimentos sociais e ações coletivas
Dissertação: Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior	Edicleia Lima de Oliveira	UFGD 2020	História, políticas e gestão da educação	Educação e diversidade

CC BY

Título da Dissertação ou Tese	Autor(a)	IES/ Ano	Área de Concentração	Linha de Pesquisa
Dissertação: Heteroidentificação racial para concursos públicos de professores/as na universidade federal de Ouro Preto - UFOP	Isabela Perucci Esteves Fagundes	UFOP 2020	Educação	Educação
Tese: Educação, democracia e inclusão racial: análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais	Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da Palma	UFGD 2019	História, políticas e gestão da educação	Educação e diversidade
Dissertação: Mulheres negras professoras doutoras inseridas nos cursos de pós-graduação em educação e relações raciais: um olhar sobre o racismo institucional	Tatiane da Conceição Carneiro	UFRRJ 2019	Educação, contextos contemporâneos e demandas populares	Educação étnico-racial e de gênero: linguagens e estudos afro-diaspóricos e diversidades étnico-raciais
Dissertação: Professora, que bom que você tá aqui": trajetórias e identidades de docentes de direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas	Yuri Santos de Brito	UnB 2019	Sociedade e transformação	Feminismo, relações de gênero e de raça
Dissertação: Racismo e docência em universidades públicas: o caso da Universidade Federal da Bahia	Edilene Santana dos Santos Silva	UFBA 2019	Ciências sociais	Trabalho e desigualdades sociais
Dissertação: Trajetórias de docentes negros/as universitários: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil	Normélia Ondina Lalau de Farias	UNESC 2019	Educação	Educação

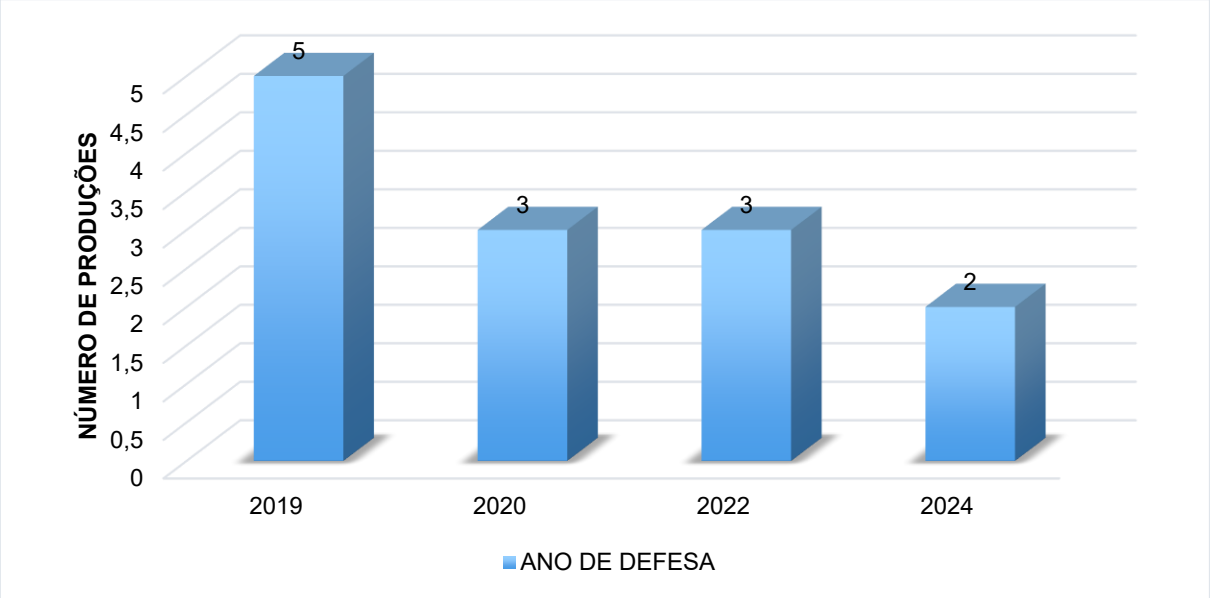
Fonte: Autoria própria, com base nos dados da Capes e BDTD.

Em relação aos trabalhos identificados no estado do conhecimento, ao realizar uma comparação em relação à área de concentração do campo de pesquisa, observa-se uma maior abrangência no campo da Educação; seguido por História, Políticas e Gestão da Educação; Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares; Sociedade e Transformação; Relações Étnico-Raciais; Administração Pública; Ciências Sociais; e Humanidades, Artes e Ciências, conforme evidenciado nas dissertações e teses analisadas.

Em decorrência disso, verificou-se que o ano de 2019 concentrou o maior número de publicações, com quatro dissertações e uma tese. Essas produções

acadêmicas destacam as limitações da Lei n.º 12.990/2014 em sua aplicabilidade pelas universidades, especialmente no que se refere à organização e oferta de vagas nos editais, além de revelar a insuficiência na representação de docentes negros em relação à sua proporção na população. Os estudos, que foram publicados entre 2019 e 2024, resultaram em uma média de duas publicações por ano (M=2), conforme ilustrado no Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 – Delineamento dos estudos de acordo com os anos de publicação



Fonte: Autoria própria, com base nos dados da Capes e BDTD.

Para atender ao propósito geral desta pesquisa, os estudos foram organizados em duas categorias analíticas: (i) pesquisas voltadas à Lei n.º 12.990/2014, que trata da reserva de vagas em concursos públicos (N=6), e (ii) estudos que abordam as trajetórias de docentes negros/as na educação superior (N=7).

Estudos sobre a Lei n.º 12.990/2014 em concursos públicos para a docência

As pesquisas que abordam diretamente a Lei n.º 12.990/2014 em concursos públicos para o provimento de cargos docentes na educação superior revelam um campo ainda incipiente, fragmentado e marcado por análises localizadas. Os estudos identificados concentram-se, majoritariamente, em investigações institucionais específicas, com destaque para universidades federais das regiões Nordeste e Sul do

país, o que limita generalizações mais amplas sobre a efetividade da política em nível nacional.

Nesse conjunto, ainda que nem todas as pesquisas tenham como foco central a lei, trabalhos como o de Silva (2019), que analisa as relações raciais no corpo docente da Universidade Federal da Bahia, apontam a persistente sub-representação de docentes negros/as, o que indica que os efeitos das ações afirmativas não se traduzem automaticamente em recomposição racial dos quadros docentes.

De modo convergente, as dissertações e teses analisadas indicam que a aplicação da lei ocorre de forma desigual entre as instituições, fortemente condicionada por interpretações administrativas restritivas e por modelos de editais que fragmentam as vagas, o que reduz o alcance da reserva prevista em lei.

Pesquisas como as de Silva Junior (2024), Matheus (2024) e Palma (2019) demonstram que a efetividade da política não depende apenas de sua existência normativa, mas das formas pelas quais as universidades operacionalizam a reserva de vagas, especialmente no que se refere ao cálculo do percentual, à agregação de vagas e à padronização dos procedimentos.

Observa-se, ainda, que parte das instituições somente amplia a aplicação da política após pressões internas, ajustes normativos ou mudanças nos modelos de edital, como se evidencia no caso da Universidade Federal da Bahia a partir de 2018 (Silva Junior, 2024).

Esse movimento dialoga com os achados de Silva (2019), e revela que a insuficiente presença de docentes negros/as não decorre apenas de ausência normativa, mas de dinâmicas institucionais que tensionam e limitam a efetivação das políticas antirracistas. Assim, a política de cotas não se consolida de maneira linear ou automática, mas configura-se como objeto de disputa no interior das estruturas institucionais, muitas vezes em contextos de resistência explícita ou silenciosa à ampliação da presença negra na docência universitária.

Outro eixo relevante nas pesquisas refere-se aos mecanismos de heteroidentificação racial. O estudo de Fagundes (2020) aponta que a institucionalização dessas comissões contribuiu para ampliar o ingresso de docentes negros/as e para conferir maior legitimidade à política, além de assumir um papel

pedagógico nas disputas raciais que atravessam os concursos públicos. Ainda assim, a adoção da heteroidentificação não elimina as tensões raciais subjacentes aos processos seletivos, mas as reinscreve em novas arenas de disputa simbólica e administrativa.

Algumas investigações avançam ao explicitar como a implementação da Lei n.º 12.990/2014 se articula à manutenção de privilégios raciais historicamente consolidados. A dissertação de Dias Filho (2022) destaca que práticas burocráticas aparentemente neutras operam como estratégias de preservação da hegemonia branca nos quadros docentes, e aponta que a execução da política pode reproduzir hierarquias raciais mesmo quando se apresenta sob o discurso da legalidade e da igualdade formal.

No conjunto, os estudos indicam que a produção acadêmica sobre a Lei n.º 12.990/2014 ainda é quantitativamente reduzida e concentrada em poucos contextos institucionais, sobretudo no período entre 2019 e 2022, marcado por instabilidade política, desfinanciamento das universidades e enfraquecimento das políticas públicas de educação superior. Esse cenário contribui para a permanência de um campo analítico marcado por silêncios, descontinuidades e baixa articulação entre as pesquisas, reforçando a necessidade de análises mais amplas, comparativas e articuladas sobre a efetividade da política no magistério superior federal.

Estudos sobre as trajetórias de docentes negros/as na educação superior

Em contraste com a escassez de estudos centrados diretamente na Lei n.º 12.990/2014, observa-se um crescimento mais consistente de pesquisas que investigam as trajetórias de docentes negros/as na educação superior, sobretudo a partir de 2018. Essas produções deslocam o foco da norma jurídica para as experiências vividas dos sujeitos, o que permite compreender como as desigualdades raciais se atualizam para além do ingresso na carreira docente.

De modo geral, os estudos convergem ao demonstrar que a presença de docentes negros/as na universidade não implica, necessariamente, reconhecimento institucional ou igualdade de condições. As trajetórias analisadas revelam percursos marcados por racismo estrutural e institucional, sexismo, questionamentos

permanentes sobre competência intelectual e disputas por legitimidade nos espaços acadêmicos (Farias, 2019; Carneiro, 2019; Oliveira, 2020; Pereira, 2022; Santos, 2022).

As narrativas evidenciam, ainda, que muitos docentes negros/as constroem suas trajetórias em contextos de distanciamento simbólico em relação à identidade racial, especialmente nos momentos iniciais de formação. Esse processo aponta para dinâmicas de silenciamento e negação da negritude como estratégia de sobrevivência em espaços historicamente racializados como brancos (Farias, 2019). Ao mesmo tempo, estudos como o de Brito (2019) revelam que discursos meritocráticos seguem sendo amplamente mobilizados por docentes brancos para justificar trajetórias de sucesso, reforçando a naturalização das desigualdades raciais no interior da universidade.

As pesquisas que focalizam mulheres negras docentes aprofundam essa análise ao mostrar a sobreposição de marcadores de raça e gênero na constituição das trajetórias acadêmicas. Carneiro (2019), Oliveira (2020), Pereira (2022) e Santos (2022) demonstram que, mesmo quando alcançam posições de destaque, as docentes negras permanecem submetidas a mecanismos de deslegitimação, invisibilização e sobrecarga simbólica, sendo constantemente convocadas a provar sua competência e legitimidade.

Outro elemento recorrente refere-se às condições de permanência e progressão na carreira. Estudos como o de Araújo (2020) apontam que docentes negros/as estão presentes nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, mas enfrentam maiores dificuldades de inserção contínua em atividades de pesquisa e de reconhecimento institucional, o que impacta diretamente suas trajetórias acadêmicas e possibilidades de ascensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foram identificadas 13 pesquisas, sendo dez dissertações e três teses. A análise desse conjunto de estudos possibilitou a organização de duas categorias analíticas

CC BY

centrais: a política de cotas raciais no serviço público federal, no magistério e as trajetórias de docentes negros/as na educação superior.

Essas categorias permitiram compreender tanto os marcos normativos da política quanto seus desdobramentos concretos nas experiências profissionais dos sujeitos que ingressam no magistério superior por meio da ação afirmativa. Os dados analisados indicam que a implementação da política de cotas ocorre de maneira heterogênea entre as instituições, frequentemente marcada por interpretações restritivas da legislação, fragmentação das vagas nos editais, ausência de procedimentos padronizados e resistências institucionais, tanto explícitas quanto veladas.

Essas práticas revelam mecanismos institucionais que, ao mesmo tempo em que formalmente reconhecem a política, operam no sentido de limitar seus efeitos, preservando arranjos historicamente consolidados de acesso ao poder acadêmico. Nesse sentido, a existência da norma legal não se traduz automaticamente em igualdade racial no ingresso na docência universitária.

As pesquisas examinadas evidenciam que, embora a política de cotas tenha produzido avanços pontuais no acesso de docentes negros/as às universidades federais, suas trajetórias profissionais permanecem atravessadas por múltiplas desigualdades. Destacam-se experiências recorrentes de deslegitimação, isolamento institucional, sobrecarga simbólica e disputas por reconhecimento, associadas ao racismo estrutural e institucional e às assimetrias de gênero.

Esses achados reforçam a compreensão de que os processos de exclusão racial não se encerram no momento do ingresso, mas se reproduzem nas condições de permanência, progressão na carreira, participação em instâncias decisórias e validação da produção intelectual no interior da universidade.

Outro aspecto relevante refere-se à centralidade de abordagens qualitativas baseadas em narrativas e trajetórias individuais, fundamentais para dar visibilidade às experiências historicamente silenciadas no espaço acadêmico. No entanto, a predominância desse enfoque também evidencia a necessidade de maior articulação com estudos de caráter institucional e comparativo, capazes de analisar como normas, práticas administrativas e critérios aparentemente neutros operam na produção e

reprodução das desigualdades raciais.

A escassez de investigações que integrem dados quantitativos sobre concursos, editais e composição do corpo docente a análises críticas das estruturas institucionais constitui uma lacuna expressiva identificada por este estudo.

Dessa forma, conclui-se que a Lei n.º 12.990/2014 exige mais do que ajustes operacionais pontuais, demandando uma revisão profunda das racionalidades institucionais que organizam o acesso, a permanência e o reconhecimento no interior das universidades federais. O fortalecimento de políticas antirracistas pressupõe compromisso político, transparência nos processos seletivos, padronização na aplicação da legislação e a incorporação da equidade racial como princípio estruturante da gestão universitária.

Tal como todo empreendimento científico, o presente estudo não está isento de limitações. A análise concentrou-se exclusivamente em dissertações e teses disponíveis nas bases Capes e BDTD, não abrangendo artigos científicos, outras bases de dados ou produções técnicas e institucionais. Desse modo, os achados não esgotam o escopo das pesquisas na área, mas evidenciam que a produção acadêmica sobre a aplicação da Lei n.º 12.990/2014 nos concursos docentes federais ainda é restrita e concentrada em determinados contextos.

Nesse sentido, sugere-se a necessidade de estudos futuros que ampliem as fontes, incorporem diferentes metodologias e contemplem análises comparativas e nacionais, de modo a aprofundar a compreensão sobre os limites, avanços e desafios da política de cotas raciais na docência universitária federal.

Por fim, ao sistematizar a produção acadêmica existente, este estudo contribui para evidenciar não apenas avanços e limites, mas também os silenciamentos e as assimetrias que ainda atravessam o campo, apontando para a urgência de novas agendas de pesquisa comprometidas com a democratização efetiva do magistério superior e com a transformação das estruturas que historicamente regulam quem pode produzir, ensinar e ter sua produção reconhecida como conhecimento legítimo no ensino superior brasileiro.

CC BY

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Márcia Basília de. **Corpos negros docentes**: identificando trajetórias e experiências no Instituto Federal de Minas Gerais. Orientadora: Shirley Aparecida de Miranda. 2020. 198f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

ARRUDA, Dyego de Oliveira; BULHÕES, Lucas Mateus Gonçalves; SANTOS, Caroline Oliveira. A política de cotas raciais em concursos públicos: desafios em face da luta antirracista. **Serviço Social & Sociedade**, n. 145, p. 91-111, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jjB46rrCTkFzPC7KTBfSDzf/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 1 mai. 2026.

BATISTA, Waleska Miguel; MASTRODI, Josué. Materialização da ação afirmativa para negros em concursos públicos (Lei N. 12.990/2014). **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 04, p. 2480-2501, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/DfTBNBhvSqn5cbDgfwdCTLs/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 15 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12.990, de 9 de junho de 2014. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm Acesso em: 22 nov. 2025.

BRITO, Yuri Santos de. "**Professora, que bom que você tá aqui "**: trajetórias e identidades de docentes de Direito da UFBA, UnB e USP no contexto pós-cotas 2019. 2019. 213f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CARNEIRO, Tatiane da Conceição. **Mulheres negras professoras doutoras inseridas nos cursos de Pós-Graduação em Educação e Relações Raciais**: um olhar sobre o racismo institucional. 2019. 99f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

COUTINHO, Gabriela dos Santos; ARRUDA, Dyego de Oliveira. A implementação das cotas raciais nos concursos públicos para o magistério federal: um olhar a partir do Colégio Pedro II. **Mana**, v. 28, n. 3, p. e2830403, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/wqxBbzPz3rnJZrBm7YfvfLG/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 17 nov. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v.12, n.23, p. 101-122. abr. 2007. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 11 set. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Síntese de evidências da avaliação da lei n.º 12.990/2014 e do levantamento de dados sobre a lei n.º 12.711/2012.** Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6672/1/Relat%C3%B3rio%201%20de%205.pdf Acesso em: 19 nov. 2025.

FAGUNDES, Isabela Perucci Esteves. **Heteroidentificação racial para concursos públicos de professores/as na universidade federal de Ouro Preto – UFOP**. Orientadora: Margareth Diniz. 2020. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

FARIAS, Normélia Ondina Lalau de. **Trajetórias de docentes negros/as universitários**: desafios entre a presença e o reconhecimento a partir das relações raciais no Brasil. Orientador: Alex Sander da Silva. 2019. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019.

DIAS FILHO, Marcos Napoleão do Rego Paiva. **Branquitude e política de cotas para docentes nas universidades**: uma análise a partir do contexto da Universidade Federal da Bahia. Orientador: Dyego de Oliveira Arruda. 2022. 170f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-raciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Mara Beatriz Nunes; SPOLLE, Marcus Vinicius. Mapeando as assimetrias na execução da Lei Federal 12.990/2014. **Revista Contraponto**, v. 7, n. 2, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/108847/59023. Acesso em: 07 jan. 2026.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INEP. **Censo da Educação Superior 2022:** notas estatísticas. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf Acesso em: 22 out. 2025.

MATHEUS, Raquel Rodrigues **A efetividade do sistema de cotas raciais nos concursos públicos para o cargo de professor do magistério superior na FURG frente às universidades do sul do Brasil**. Orientador: Tiarajú Alves de Freitas. 2024. 55f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2024.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515 Acesso em: 13 fev. 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Eduardo França do; SILVA, Eduardo Henrique Oliveira da; ASSIS, Waneide Ferreira Santos; MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Movimento Negro no Brasil e as políticas de ações afirmativas: um breve apontamento histórico. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 6, n. 2, p. 01-23, 2024. Disponível em: https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1325/1157 Acesso em: 19 out. 2025.

NUNES, Geórgia Valéria Andrade Loureiro; MARQUES, Verônica Teixeira. Reserva de vagas para negros e pardos: concursos públicos para docente do Instituto Federal de Alagoas. **RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 2, ed. especial, p. 937-946, 2016. Disponível em: https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/381/191 Acesso em: 18 maio 2025.

OLIVEIRA, Ana Luisa Araújo de; SANTOS, Alisson Gomes dos; SANTOS, Edmilson Santos dos. **A implementação da lei n.º 12.990/2014:** um cenário devastador de fraudes. Petrolina-PE: UNIVASF, 2024. Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2024/02/relatorio_lei12990-2014.pdf Acesso em: 2 nov. 2025.

OLIVEIRA, Edicleia Lima de. **Trajetórias e identidades de docentes negras na educação superior**. Orientadora: Eugenia Portela de Siqueira Marques. 2020. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2020.

PALMA, Vanessa Cristina Lourenço Casotti Ferreira da. **Educação, democracia e inclusão racial:** análise da efetividade da lei de cotas para negros em concursos docentes de universidades federais**.** 2019. 335 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

PEREIRA, Camila Santos. **Vozes que importam:** mulheres negras na docência universitária. Orientador: Fernando Altair Pocahy. 2022. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Edmilson Santos dos; NUNES, Georgina Helena Lima; ANJOS, José Carlos Gomes dos; REIS, Maria da Conceição dos. Aplicação da Lei n.º 12.990/2014: a gramática da exclusão na UFRGS. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, 2022. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/edreal/a/5FtT96dqSKV4xs6BJHsydbF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 out. 2025.

SANTOS, Gyme Gessyka Pereira dos. **Trajetórias acadêmicas de docentes negras da Universidade Federal Fluminense**. Orientadora: Iolanda de Oliveira. 2022. 127f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Movimento negro e crise brasileira, atrás do muro da noite:** dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVA JUNIOR, Carlos Augusto da. **Políticas afirmativas na educação superior:** um estudo crítico da implementação das cotas raciais nos concursos para docentes na Universidade Federal da Bahia. 2024. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

SILVA, Edilene Santana dos Santos. **Racismo e docência em universidades públicas**: o caso da Universidade Federal da Bahia. Orientadora: Paula Cristina da Silva Barreto. 2019. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2019.

SILVA, Tatiana Dias; LOPEZ, Felix Garcia. **Perfil racial do serviço civil ativo do executivo federal (1999-2020).** Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/2d4687a9-e386-4793-bc98-fa2dc236d81f/content. Acesso em: 08 jan. 2025.

Agradecimentos: Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001 & UFMS, para o desenvolvimento da investigação.

Submetido em janeiro de 2026

Avaliado em abril de 2026

Publicado em outubro de 2026